

AS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS: ELEMENTOS CONCEITUAIS

RESUMO -

Busca-se compreender como se constituem os arquivos pessoais e quais são suas características primordiais, baseando-se em uma instituição coletora desse tipo de acervo, o IEB-USP (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo). Através desta instituição e da teoria arquivística são discutidos, aqui, divergências e semelhanças entre os arquivos orgânicos e os arquivos pessoais, percebendo o valor intrínseco estabelecido nos documentos pessoais e como é estabelecida sua institucionalização, uma vez que esta perpassa diretamente a atribuição de um valor relacionando-se com a obra e a vida de determinada figura pública ou artística, compreendendo que este valor também está relacionado à memória coletiva e ao legado deixado por essas figuras esteticamente, historicamente ou socialmente compreendidas pela sociedade como importantes. Destaca-se, ainda, a aproximação da Arquivística com as outras áreas, como a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, por meio dos princípios e das metodologias de organização aplicados aos arquivos pessoais.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; IEB-USP; Memória Coletiva; Arquivística

THEORETICAL IMPLICATIONS OF PERSONAL ARCHIVES: CONCEPTUAL ELEMENTS

ABSTRACT

This paper aims to understand the nature of personal archives and their main features based on the collector entity IEB-USP (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo). Based on this entity and on archival theory, we discuss here, differences and similarities between the organic and private archives realizing the intrinsic value established on personal archival and how its institutionalization is denominated, once it directly pervades the attribution of value that is assigned and settled, relating to the work and life of a political or artistic personality, and also related to the collective memory and legacy left for this historically, aesthetic and socially important figures. We highlight, here, the approximation of Archival Science and Information Science and Library through the principles and organization methodologies applied to personal archives

Key-words: : Personal Archives; IEB-USP; Collective Memory; Archival Science

Natália Bolfarini Tognoli
Doutoranda e Mestre em
Ciência da Informação pela
Universidade Estadual
Paulista - UNESP, e graduação
em Arquivologia pela mesma
instituição
nataliabtognoli@yahoo.com.br

**Thiago Henrique Bragato
Barros**
Doutorando e Mestre em
Ciência da Informação pela
Universidade Estadual
Paulista - UNESP, e graduação
em Arquivologia pela mesma
instituição
sean.vogel@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para a Arquivística, os arquivos pessoais caracterizam-se como um grande desafio de organização, por todas as características informais apresentadas em sua acumulação e a pluralidade de documentos em suportes diversificados, uma vez que a teoria Arquivística é, em muitos aspectos, fundamentada em arquivos orgânicos - de organizações públicas e privadas.

Os arquivos de organizações são muito mais estáveis e formalizados devido à existência de uma estrutura administrativa. Os papéis representados entre um departamento e outro e entre uma administração e outra são normalmente normalizados e bem definidos, facilitando até certo ponto as atividades de organização e tratamento nos Arquivos.

No entanto, como chama à atenção Terry Cook, esquematizado por Bellotto (1997, p.4):

[...] o texto não é um “subproduto” administrativo, e sim um “produto consciente”, embora essa consciência possa ser transformada em padrões inconscientes de comportamento social e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação, de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em “contextos semioticamente construídos, [...] dependentes das instituições e/ou dos indivíduos”; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, “inocentes”.

Portanto, deve-se compreender que os documentos produzidos na esfera pública e na esfera pessoal estão impregnados de valores sociais e individuais, como toda produção textual, aspectos que devem ser levados em conta na hora do tratamento documental.

Os arquivos orgânicos são formalizados mediante prática profundamente institucionalizada, ou seja, por meio de dispositivos legais, dispositivos administrativos, manuais de redação oficial. O dispositivo de controle é amplo e passível de identificação, a partir de todo o contexto embutido pelas pessoas e pelas instituições, que é um dos primeiros passos dados para a organização de documentos sob a ótica arquivística.

No caso dos arquivos pessoais, como o próprio nome sugere, a acumulação e os documentos ali encontrados têm características muito particulares ligadas à vida do titular e, no caso de escritores/artistas, à sua obra.

Portanto, a descrição, organização e demais fases do tratamento arquivístico devem levar em conta todas as informações contextuais possíveis e, além de todas as ferramentas tradicionais que o arquivista possui, deve-se trabalhar com um elemento a mais: a produção intelectual e a vida do titular do arquivo.

Busca-se estabelecer balizas conceituais, diferenciando primeiramente o que são arquivos, mais especificamente, o que são os arquivos privados e por último o que são arquivos pessoais, uma vez que os arquivos pessoais não podem ser entendidos como ramificação dos arquivos privados, com características bastante particulares.

Não se pretende aqui, buscar definição e muito menos estabelecer uma cartilha do que é e como se caracteriza a organização dos arquivos pessoais - prática bastante comum na Arquivística brasileira - uma vez que a atividade científica é, muitas vezes, a busca por perguntas e não por respostas.

O pensamento estruturado do nível mais geral para o mais particular busca destacar a diferença entre o arquivo pessoal e os demais acervos arquivísticos, para que se chegue aos arquivos pessoais de escritores, a fim de que se perceba o sentido que lhes é dado.

Portanto, os acervos pessoais, custodiados em arquivos públicos e privados são inseridos nesses acervos a partir do cânone, ou seja, do valor científico, histórico, artístico existente nesses documentos. Este valor é *construído*, e sua construção perpassa a *memória* e o *legado* deixado por essas pessoas. A acumulação deste ou daquele fundo documental nesta ou naquela instituição coletora, faz parte deste valor atribuído àquela documentação, ou seja, a importância que se dá para este ou aquele fundo.

Exemplos podem ser dados a partir dos acervos de Mário de Andrade e Machado de Assis, que são mais pesquisados e mais expostos, justamente pela importância que têm para a construção estética da literatura brasileira. Portanto, nos arquivos pessoais os

valores dados aos documentos influenciam de maneira explícita os níveis de tratamento técnico existente.

Assim, nesses acervos toda a ordem do valor construído pela sociedade influencia o aparecimento dos fundos, uma vez que este é criado a partir da necessidade de pesquisa e de celebração, não como parte de uma atividade administrativa.

2 OS ARQUIVOS E A ARQUIVÍSTICA : ELEMENTOS TEÓRICOS

Antes de tipificar a institucionalização dos arquivos pessoais faz-se necessário entender o que são arquivos e, para tanto, primeiramente, compreender o que são documentos.

Arquivos são acumulados como parte de uma necessidade de controle, que produz documentos e esses documentos são regidos por dispositivos legais, jurídicos e/ou administrativos.

Por documento, num âmbito geral, pode-se entender que “eles são coisas muito simples, falando. Eles são parte do mundo material – argila, pedra, pele de animais, fibras de plantas, areia – eles foram imbuídos com a habilidade de falar” (LEVY, 2001, p. 23, tradução do autor deste trabalho).

Apesar de demonstrar, com certa ironia e de forma simples, o que vem a ser documento, esta perspectiva chama a atenção para um fato fundamental, de que quase todos os documentos possuem uma materialidade física e isto é fundamental para o registro da informação porque a forma como se constitui essa materialidade reflete na constituição da informação.

Briet (apud BUCKLAND, 1997, p. 4 tradução do autor deste trabalho) no aspecto da documentação, define documento como “qualquer símbolo físico ou simbólico, preservado ou registrado, com a pretensão de ser representado, para reconstruir ou para demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”.

Para entender-se um objeto/coisa como um documento, ele precisa ser racionalizado, processado e construído com a intenção de transformar-se em documento,

ou seja, para a produção de um documento é necessário um registro: intencional e controlado, esse registro pode ser tipificado, organizado, classificado, descrito, disponibilizado e indexado

Este registro passível de organização é custodiado por uma série de instituições responsáveis por sua organização e disponibilização dentre elas, o arquivo.

Conjunto e acúmulo são duas noções importantes para a constituição de um arquivo. Podemos entender arquivo de forma simplificada como:

[...] Instituição responsável pela transferência da documentação de um indivíduo ou órgão de criação para um repositório autorizado de atribuir valor, preservar e prover o acesso a esses documentos” (Glossary of Archival and Records Terminology da Society of American Archivists, 2008, tradução nossa).

O arquivo é, portanto, uma instituição de controle e custódia e sua documentação, de ordem oficial ou não, é produzida com um fim pragmático por uma necessidade burocrática cotidiana. “O registro arquivístico não apenas acontece, ele é criado por indivíduos e organizações, e usado, para suportar seus valores e missões e todos eles fazem parte de um processo que certamente não é politicamente e culturalmente neutro” (KAPLAN, 2000 p. 147, tradução do autor deste trabalho).

Neste sentido, deve-se perceber que o arquivo não pode ser uma instituição isolada do contexto social ao qual pertence e livre das relações estabelecidas entre a sociedade e a instituição.

O arquivo é uma instituição que primeiramente controla e posteriormente organiza e guarda seus acervos responsabilizando-se também pela aquisição desses acervos.

Segundo Tamayo (1996), o arquivo, como todas as instituições existentes nas estruturas públicas e privadas, faz parte desse todo e depende de políticas para existir e recolher fundos e organizá-los.

Por último, o arquivo também pode ser compreendido como instituição de serviço, disponibilizando seus fundos e auxiliando na investigação histórica, científica etc.

Resumidamente, o arquivo tem a função de receber documentos, tratá-los e conservá-los e, por fim, disponibilizá-los e fazer a ponte “documento-trabalho técnico-usuário”.

3 OS ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Segundo o dicionário Michaelis, público diz respeito ao “adj. 1. Relativo a um povo ou ao povo. 2. Que serve para uso de todos. 3. Comum. 4. Relativo ao governo do país e suas relações com os cidadãos. 5. Notório, vulgar. Sup. abs. sint.: publicíssimo. S. m. 1. O povo em geral. 2. Assistência, auditor” (2003). Portanto por público devemos entender algo que relacione uma comunidade, estado, país etc, em um âmbito coletivo, que diz respeito ao interesse geral das pessoas em serviços, regras, instituições. (WEISZFLOG, 2007).

Por privado, o mesmo dicionário enuncia: “adj. 1. Que não é público; particular. 2. Desprovido, falta. S. m. 1. Confidente. 2. Favorito. 3. Áulico.” (2003). Privado é, portanto, algo relacionado aos interesses individuais de uma determinada pessoa, família ou empresa, é algo que pertence somente a certas pessoas e só elas tem o direito de uso.

Já a definição de arquivo público, pode ser expressa como “entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (DICIONÁRIO... BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.35).

Complementando, o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação de Arquivistas de São Paulo (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 08) define arquivo público como

[...] Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.

Concluí-se, portanto, que um arquivo público pode ser compreendido, como um depósito de documentos de interesse coletivo, produzido nas esferas administrativas do poder público, que é incumbido de tratar, organizar e disponibilizar (estabelecendo os níveis de acesso) os documentos produzidos nos domínios do poder público.

O arquivo privado é colocado da seguinte forma: “arquivo (1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, p.36, 2005).

Bellotto (2004, p. 257) caracteriza os arquivos privados como:

Origem por razões funcionais, administrativas, profissionais ou pessoais dentro das atividades de instituições não-governamentais ou pessoais físicas. Tipologia

e suportes diversos dentro de um conjunto orgânico que obedece às razões acima explicitadas.

A Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, também discorre a respeito da definição de arquivos privados em seu Art.11, ao considerar os arquivos privados “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (BRASIL, 2008).

A respeito dos arquivos privados, pode-se concluir que estes são frutos da produção documental de instituições e pessoas dentro de atividades de interesse individual ou de uma organização não-governamental, cujos documentos refletem os interesses ideológicos e jurídico-administrativos de determinada pessoa, a memória institucional no caso das empresas e no caso dos acervos pessoais a memória individual.

O arquivo em instituições privadas, como parte da estrutura administrativa, será responsável pela guarda, organização e disponibilização do acervo para a instituição, com o papel de auxiliar a administração e prover as informações necessárias para a tomada de decisões e avaliar e estabelecer níveis de valor para os documentos permanentes.

O uso de terceira idade¹, no caso dos arquivos privados é mais restrito, por estes tratarem de documentos particulares que dizem respeito às instituições e às pessoas. Na maioria das vezes, esses acervos de interesse para a pesquisa são transferidos para fundações, universidades, arquivos públicos etc.

O uso dos arquivos pessoais para a pesquisa depende da *compra* ou *doação* do acervo. É a partir do valor atribuído pela sociedade, pela ciência e/ou pelas artes que determinado acervo é doado para os arquivos públicos, fundações, centros de documentação etc.

¹ Toma-se esta noção a partir da teoria clássica da Arquivística, a “teoria” das três idades, dividindo os documentos de arquivo em três idades: uma ligada diretamente à administração produtora do documento; a segunda, na qual o documento deixa de ser unicamente administrativo; e a terceira, na qual o documento é encarado também como fonte de estudo, principalmente para as ciências humanas (TAMAYO, 1996; CRUZ MUNDET, 2001).

A Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, também discorre a respeito da alienação de arquivos privados para as instituições públicas, já que os arquivos públicos são responsáveis pela disseminação plena dos acervos documentais:

Art 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art.15 Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. (BRASIL, 2008).

Os fundos pessoais e privados considerados de interesse para a *memória* são transferidos para as instituições arquivísticas públicas. Escritores, como Mário de Andrade, Machado de Assis e Graciliano Ramos, pintores como Lasar Segall, Cândido Portinari, figuras históricas, como Getulio Vargas, têm seus documentos embebidos de uma memória rica e fundamental para a maior compreensão das realidades individuais e coletivas.

O motivo da transferência dos fundos está ligado principalmente à política arquivística² que a instituição estabelece, associado também a uma preocupação temática, mas não única e exclusiva.

4 OS ARQUIVOS PESSOAIS: DO INDIVIDUAL PARA O COLETIVO

O interesse historiográfico e científico nos arquivos pessoais é bastante recente, assim como a transferência destes arquivos para instituições públicas.

Como afirma Terry Cook (1997), em países da Europa e na Austrália e Estados Unidos existe uma separação entre os arquivistas que trabalham em acervos públicos e os que trabalham com manuscritos, fruto, segundo ele, da tradição arquivística clássica na qual os arquivos pessoais são encarados como coleções.

² Por política arquivística entende-se o conjunto de estratégias estabelecidas por uma instituição arquivística para o recebimento, organização e usos dos documentos (CRUZ MUNDET, 2001).

Estes arquivos estão mais próximos da Biblioteconomia e Museologia e defendem uma formação de acervos puramente artificial, não recolhendo aos arquivos públicos os arquivos pessoais (exceto de políticos).

Um exemplo disso é o caso dos arquivos de escritores que se encontram em bibliotecas, centros de documentação e universidades, e não em arquivos públicos, devido à resistência dos próprios arquivistas a esse tipo de acervo.

Para Bellotto (2004, p. 266), arquivo pessoal pode ser compreendido como

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoa detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

Complementando a acepção da autora, o *Glossary of Archival and Records Terminology da Society of American Archivists (SOCYETY..., 2008, tradução do autor deste trabalho)* define o arquivo pessoal como: “1. Documentos criados, adquiridos ou recebidos por um indivíduo, no curso de seu ou sua atividade, apresentado em sua ordem original (se esta ordem existir) – 2. Documentos não-oficiais, mantidos por um indivíduo no local de trabalho.”

Na primeira definição, mais completa, arquivo pessoal pode ser entendido como os documentos resultantes de atividades de pessoas ilustres em seu tempo e que pela sua obra/vida foram imortalizados em seus documentos pessoais, e que podem ser fonte primária para o estudo de sua produção intelectual, da situação política da época etc.

Para os arquivistas de modo geral, o tratamento deste tipo de acervo ainda é um pouco nebuloso, mas já existem estudos e teorias a este respeito.

Como é colocado por Ducrot (1997, p.1):

A organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística. Seu objetivo é fazer a distinção dos grupos de documentos, que permitirá, de um lado, formar dossiês [pela acepção francesa] e arrumá-los em caixas onde a cada um seja dado um código e, de outro, redigir um instrumento de pesquisa, mais ou menos detalhado, que revele com clareza as subdivisões do fundo e que, dentro dessas subdivisões, apresente os títulos e o conteúdo de cada caixa

Isso se deve às características da acumulação do produtor, uma vez que os arquivos pessoais não foram gerados para tal fim. O valor atribuído à documentação faz com que esta seja transferida para as instituições coletoras, sem nenhum critério arquivístico. A organização dos documentos pessoais deve pressupor o estudo do órgão produtor, que nesse caso deve implicar o estudo da vida, da produção intelectual e dos mais variados aspectos, relacionados com a pessoa criadora desses documentos.

Mesmo com as especificidades do acervo pessoal, a Arquivística, munida de seus princípios, e da Diplomática, lança luz à organização de qualquer tipo de acervo com características orgânicas, até mesmo, como descreve Camargo (1997), em livros de poesia.

Contudo, devemos tomar uma postura diferente em relação à Arquivística neste caso, ao compreender que sua teoria clássica não responde a tudo, algo escapa, e para responder de maneira mais sincera aos arquivos pessoais, devemos buscar conceitos, princípios e teorias em outras áreas.

Portanto, para compreender como são constituídos esses fundos e sua especificidade é preciso entender, também, a noção de memória e como ela é construída, uma vez que ela é a base para a construção histórica, mas não a construção histórica em si mesma.

O conceito de memória possui uma pluralidade de significados e acepções, influenciando nas áreas da História, Psicologia, Psicanálise, Biologia etc.

É preciso, primeiramente, entender a relação que se estabelece entre a memória e a História; estas estão entrelaçadas em uma relação simbiótica, mas uma é mais ampla que a outra, no sentido de que “a história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas, lido em livros, ensinado e apreendido nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados” (HALBWACHS, 1990, p. 80).

A História pode ser encarada como a memória racionalizada, classificada e estruturada, a partir do estudo minucioso de todos os vestígios deixados pela memória em obras literárias, documentos de arquivo, obras científicas e toda a gama de registros produzidos pela humanidade.

“A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 81).

A memória é, neste sentido, algo mais abstrato e que deixa traços passíveis de serem estudados e dentre a infinidade de traços possíveis, temos também os traços individuais.

Esta memória está muito bem relacionada com o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990), responsável por cunhar o conceito. Pode-se compreender, a partir de seus estudos, que existe uma memória individual, que se relaciona com a memória coletiva, e esta memória coletiva pode ser entendida como a memória que é partilhada, transmitida e construída pela sociedade. Para ele a memória aparentemente mais particular remete a um grupo, todos os indivíduos fazem parte de grupos em maior ou menor grau.

Como exemplo, pode-se citar Nação, Estado/Província, Universidade etc. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que são construídas as lembranças.

A memória coletiva garante o sentimento de identidade do indivíduo, graças à memória partilhada em grupo. Ser brasileiro, ser partidário de determinado grupo social é parte da memória coletiva e, segundo Halbwachs, “há, com efeito, muitas memórias coletivas” (HALBWACHS, 1990, p. 85).

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles se não o esquema cronológico e espacial (HALBWACHS, 1990, p. 86).

Toda memória coletiva é parte do que acontece a um grupo de pessoas no espaço-tempo, possuindo um suporte espaço-temporal.

O arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época.

O titular do arquivo pessoal deixou um *legado* e este legado pode ser compreendido e extraído a partir dos seus documentos. Como dito anteriormente, os arquivos pessoais aparecem a partir do momento em que uma pessoa reflete o pensamento de um grupo, de uma estética, ou seja, torna-se um marco histórico.

Esta noção pode ser compreendida da seguinte maneira:

Inicialmente, é importante definir em que sentido estou utilizando o termo *legado*, já que a palavra geralmente remete aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação pública dos personagens. Para além dessa dimensão do legado, mais substantiva, associada à herança social e política deixada às gerações futuras, encontra-se a que estou buscando iluminar e que mantém com a primeira uma relação de alimentação recíproca. Refiro-me ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e re-significado (HEYMANN, 2005, p.02).

O legado está ligado à dimensão social do titular do arquivo. A partir do momento em que a sua memória é tomada como exemplo, ela é entendida como fundadora de uma estética artística ou de um projeto político, saindo do campo da memória individual, entrando no campo da memória coletiva e esta memória coletiva é materializada em arquivos. Quando este arquivo pessoal é institucionalizado e sua história é “desvendada” atribui-se ao titular uma constante re-significação, fazendo com que a memória deste indivíduo ecoe ao longo dos tempos, ou seja, existe uma perpetuação do legado deixado por esta pessoa.

No caso dos arquivos de escritores, além da preocupação com o caráter memorial, há também uma preocupação com o caráter estético, como por exemplo, a forma como determinado escritor organiza seus documentos e como trabalham os originais de suas

obras pode revelar aspectos até então não levados em conta em sua história e contribuição literária, aspectos importantes talvez para um biógrafo ou para a construção de sua crítica, ou estudo de um gênero literário.

A dimensão do legado traduz o valor que é atribuído aos documentos e como essas instituições (coletoras de arquivos pessoais) compreendem o seu papel.

Busca-se, neste artigo, compreender a criação e o desenvolvimento de uma instituição coletora de acervos pessoais, sua estrutura, política de custódia, acervos e valor atribuído aos fundos. Para tanto, escolhemos o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, IEB-USP, por ser uma das grandes instituições coletoras de acervos pessoais e também por possuir uma série de fundos de escritores brasileiros.

5 OS ARQUIVOS DOS ESCRITORES BRASILEIROS: UM EXEMPLO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

O IEB, criado em 1962, é fruto de uma política de modernização da Universidade de São Paulo (USP) e do Brasil, com uma perspectiva interdisciplinar de reunir em um instituto, estudiosos de várias áreas das ciências humanas com o objetivo de estudar os fenômenos culturais brasileiros relacionados à crítica literária, história, sociologia, antropologia, etc.

No período anterior à sua criação, a modernização no governo JK, na década de 50, com obras de infra-estrutura, modificaram a estrutura econômica do país e incentivou a ampliação e diversificação das indústrias, como por exemplo, o início da produção de automóveis no país.

Também neste período ocorre a criação de sistemas de fomento à pesquisa em nível nacional como CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e as instituições de fomento à pesquisa estadual, como a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

É um momento de significativa mudança na sociedade brasileira, com um *boom* na “modernização” e institucionalização da ciência e da cultura no Brasil.

Neste contexto, é criado o IEB, buscando novas maneiras de compreender os fenômenos brasileiros. Como colocado por Caldeira (2002), o instituto abordaria, através dos métodos científicos possíveis, um único objeto: a realidade brasileira e seus aspectos sociais, culturais e ideológicos. Sergio Buarque de Holanda foi responsável pelo projeto e por toda sua estruturação.

Para atender as aspirações de seu idealizador, o IEB precisava de setores de apoio e o primeiro a ser pensando e criado foi a biblioteca especializada em estudos brasileiros.

Em 1966 é sugerida a “compra” do acervo de Mario de Andrade composto de uma grande biblioteca, arquivos e uma coleção de obras de artes.

O Instituto aumentou seus acervos, publicações e contratou um corpo de pesquisadores, responsáveis por organizar, publicar, ministrar cursos, curadores de exposições, responsáveis pela organização de arquivos e coleções da instituição. Observa-se, segundo Caldeira (2002), que a pluralidade de funções exercidas por esses pesquisadores serviram de subsídios para o crescimento da instituição, como arquivistas, literatos, paleógrafos, historiadores etc.

As características únicas e o caráter multidisciplinar de sua fundação levaram o IEB a desenvolver atividades inéditas. Com o aparecimento dos arquivos pessoais, percebe-se a necessidade de estudá-los e organizá-los de maneira que seu papel para a memória e a literatura seja compreensível e pesquisável, fazendo com que as pessoas envolvidas no tratamento desses documentos, como, por exemplo, a Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto, especializem-se em cursos de Arquivística, Diplomática e Paleografia.

O IEB é, pois, importante para a Arquivística, uma vez que, em 1987, implementou o curso de especialização em organização de arquivos, fruto do formato que o instituto tomou com a incorporação de vários acervos arquivísticos, que, discussões profissionais à parte, foi responsável pela formação de arquivistas em uma época que o crescimento das universidades era inexpressivo, cenário que se modificou no final da década de 1990 e início do século XIX.

Na página do IEB na internet, é possível encontrar os seguintes acervos arquivísticos (pessoais):

- **Escritores:** Afrânio Zuccolotto, Fernando Mendes de Almeida, Freitas Valle, João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Julieta Godoy Ladeira, Mário de Andrade, Osman Lins, Theon Spanudis, Newton Freitas, Odete Barros Mott , Valdomiro Silveira.

- **Historiadores:** Caio Prado Jr, Ernani Silva Bruno, Julita Scarano, Lídia Besouchet, José Honório Rodrigues e Raul Andrada e Silva.

- **Pintoras:** Anita Malfatti e Yolanda Mohalyi.

-**Geógrafo:** Pierre Monbeig,

-**Educador e sociólogo:** Fernando de Azevedo.

-**Músicos;** Camargo Guarnieri e Francisco Mignone.

- **Cantora:** Julieta Telles Meneses.

- **Artista de teatro:** Lélia Abramo.

Percebe-se a pluralidade de acervos em várias áreas da ciência e artes, todos eles relacionados com os temas brasileiros. Esse quadro configura informações interessantes e chega-se à conclusão, que os arquivos pessoais são uma espécie híbrida de acervo, à medida que se percebe não uma organização temática em seu interior, mas, sim, uma afinidade temática entre os fundos.

Sem dúvida, percebe-se também, a proveniência dos documentos nos arquivos pessoais, ou seja, sua constituição como arquivo e, no caso do IEB, por exemplo, existe ainda um eixo temático relacionado com as pesquisas ali desenvolvidas.

Percebe-se, ainda, o valor dado a um acervo em detrimento de outro, não no sentido em que este ou aquele escritor é mais importante para o pensamento literário brasileiro, mas no sentido dos fundos mais pesquisados, influenciando os níveis de classificação e descrição.

É possível visualizar este eixo temático no quadro a seguir:

Temas	Número de acervos
Artes Plásticas	17
Literatura Brasileira	17
Imigração	12
Vida e obra de artistas plásticos	8
Brasil política: séculos XVIII E XIX	5
Ilustração artística e livros e revistas	5
Economia e desenvolvimento	4
Arquivologia	4
Música	4
Outros	6

Quadro 1:Quadro de eixos temáticos

Fonte: Caldeira;. IEB, 2002

Baseando-se neste quadro, é possível perceber que o forte da pesquisa do Instituto está nas áreas de literatura e artes plásticas, a exemplo do acervo do escritor Mário de Andrade, que é o mais pesquisado e consultado na página online da instituição. Neste sentido, Caldeira (2002) esclarece que boa parte das pesquisas está relacionada aos escritores do grupo modernista.

Fica claro, portanto, uma relação entre o uso que se faz destes acervos e sua organização, que está relacionada com as esferas da memória que perpassam o campo institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com esse artigo, discorrer a respeito dos arquivos pessoais que questionam alguns aspectos tradicionais da Arquivística, mas não excluem o seu método de trabalho, e, sim, estabelecem fronteiras e problemas para sua teoria.

Os arquivos pessoais já são criados como documentos de terceira idade e a intenção de torná-los arquivos pesquisáveis aproximam a área do estudo arquivístico da Ciência da Informação, questionando a respeito do tronco teórico da Arquivística.

Smit (2000, p.28) coloca uma questão importante quando se refere às “Três Marias” ao dizer que esta é “uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”.

Neste sentido, o arquivo pessoal aproxima e diferencia a Arquivística da Biblioteconomia quando tratamos dos princípios teóricos e das metodologias de trabalho para a organização desses acervos.

Deste modo, uma aproximação entre as áreas seria interessante e fundamental para a solução do dilema enfrentado pelos profissionais de ambas, com relação à organização dos arquivos pessoais, na medida em que o arquivo pessoal é um ponto de contato entre as duas áreas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio De Janeiro: Arquivo Nacional, 2004

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. Arquivos Pessoais em face da teoria arquivística tradicional debatendo com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**. v. 1, n.21,1998.

BELLOTTO; CAMARGO, (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. Lei No. 8.159 de Janeiro de 1991. **Presidência da República**. Disponível em: www.planalto.com.br Acesso em: 1 de agosto de 2008.

BUCKLAND, K. M. What is a "document"? **Journal of the American Society of Information Science**, v.48, n. 9, p.804-809, 1997.

CALDEIRA, J. R.C. **IEB: Origem e Significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, A.M A. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**. v.1, n.21, 1998.

CRUZ MUNDET, José Ramon. **Manual de archivística**. 5.ed. Madrid: Fundacion German Sanchez Ruiperez, 2003. 413p. (Biblioteca del libro; 63).

COOK, T. Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. **Archival Science: International Journal on Recorded Information**, v. 1, n. 1, p 3-24, 2001

_____. Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives. Association of Canadian Archivists: **Archivaria**. v. 51, p.15 – 35, 2001.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**. v.1, n.21, 1998.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**. v. 1, n. 21, 1998.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HEYMANN, L. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Revista Estudos Histórico**. v. 2, n. 36, 2005.

LEVY, D. M. **Scrolling Forward: Making Sense of Documents in the Digital Age**. New York :Arcade Publishing, 2001.

KAPLAN, E. We Are What We Collect, We Collect What We Are: Archives and the Construction of Identity. **American Archivist**, v.1, n.63 p. 125–151, 2000.

ROUSSEAU, J.Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SMIT, J. W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Glossary of Archival and Records Terminology**. < <http://www.archivists.org/glossary/>> Acesso em 14 de fevereiro de 2007

SOUZA, E.M.; MIRANDA, W.M.(Org). **Arquivos Literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

TAMAYO, A. **Archivística, Diplomática e Sigilografia**. Madrid: Ed. Cátedra, 1996

WEISZFLOG, W.(Coord.) **Michaelis:Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**, São Paulo:Ed. Melhoramentos, 2007.